

BRASIL - DESTAQUE

[Senad organiza congresso sobre prevenção do uso prejudicial de drogas](#)

ESPECIAL COMÉRCIO ILÍCITO

[Indústria do tabaco e o comércio ilícito](#)

[Acordo entre a INTERPOL e a Philip Morris levou a Conferência das Partes da Convenção Quadro a rejeitar pedido de status de observador encaminhado por esta organização](#)

IMPÉRIO DAS CINZAS – REPORTAGENS PRODUZIDAS PELO JORNAL GAZETA DO POVO

[O padrão do tabaco](#)

[Um negócio de Estado](#)

[Ameaça ao narcotráfico](#)

[O berço dos padrões](#)

[O cigarro mata](#)

[As rotas da Pirataria](#)

[A polícia na mira](#)

[O paradoxo do contrabando paraguaio](#)

[Gerente de Cartes diz que cigarro é legal](#)

[R\\$ 2 milhões em cigarro pirata são apreendidos](#)

[PRF aperta cerco a foragidos do cigarro](#)

[Operação prende 19 por contrabando de cigarro](#)

AÇÕES DO BRASIL CONTRA COMÉRCIO ILÍCITO DE TABACO

No Brasil, o fortalecimento das ações de combate ao mercado ilegal de cigarros foi potencializado com a implementação do Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpions), criado em setembro de 2011, e também com a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal eletrônica.

O Brasil dispõe de controle integral de todas as linhas de produção de cigarros em seu território, o que possibilita acompanhar os níveis de produção, bem como o destino destes produtos, evitando diversas práticas ilícitas cometidas pelos fabricantes nacionais. [\(leia mais\)](#)



EDITORIAL DA SECRETARIA-EXECUTIVA DA CONICQ

A cada dois anos, a Conferência das Partes discute com os países que adotaram a CQCT a adoção dos artigos e as diretrizes que irão pautar as políticas no controle do tabaco dos países-parte. Avanços, recuos, evidências e estratégias são debatidos visando o avanço da CQCT, e a redução do tabagismo no mundo.

Para implementar ações para o cumprimento do artigo 15 da CQCT - comércio ilícito de produtos do tabaco - os países Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS, na COP6, acordaram as recomendações de diretrizes políticas para promover a ratificação do Protocolo de Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco.

Adotado na COP 5, em Seul, o Protocolo fornece ferramentas para prevenir e combater o comércio ilegal, incluindo mecanismos de controle da rede de fornecimento e definição de ações ilegais, como também recomenda que os países devem criar um sistema de rastreamento, além de medidas como licenças, assistência legal e troca de informações.

[\(leia mais\)](#)

[Informativo da Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco \(CONICQ\)](#) Expediente: Alexandre Octávio, Ana Paula Teixeira, Cristina Perez, Érica Cavalcanti, Felipe Mendes, Mariana Pinho, Raquel Menezes, Rita de Cassia Martins, Rosa Vargas, Tânia Cavalcante - Secretaria Executiva da CONICQ
Rio de Janeiro: (0XX21) 3207-4502

Senad organiza congresso sobre prevenção do uso prejudicial de drogas

Com abertura programada contando com a presença de três ministros, Arhtur Chioro, Saúde, José Eduardo Cardozo, Justiça e Paulo Paim, Educação, o I Congresso Internacional de prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas (PREVINE 2014) reunirá no Museu Nacional, em Brasília, nos dias 27 e 28 de novembro de 2014, gestores públicos, acadêmicos e sociedade civil.

A Conferência de abertura terá o tabaco como tema e a apresentação “experiência da prevenção do tabagismo” conduzida por Vera Luiza da Costa e Silva, Chefe do Secretariado da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, e contará com a participação da Dra Deborah Malta da Diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde da Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde.

O congresso é organizado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad/Ministério da Justiça), pela Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (Ministério da Saúde) e pela Universidade Federal de Santa Catarina, com apoio do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC).

Para a Senad e os organizadores do Congresso, prevenir o uso problemático de drogas legais e ilegais requer identificar e atuar sobre os fatores que tornam alguns grupos sociais mais vulneráveis. Gênero, idade e classe social são exemplos da diversidade dessas vulnerabilidades e da necessidade de ampliar a compreensão de suas dinâmicas para atuar através das políticas públicas.

[\(Continua\)](#)



O Congresso pretende compartilhar conhecimento e experiências práticas que vão da importância de políticas sociais universais a intervenções seletivas para famílias, escolas e comunidades em situação de risco, da regulação das drogas legais ao combate do estigma nas campanhas de informação, entre outros temas. Para ancorar o campo da prevenção na busca do conhecimento, o congresso irá debater como a ciência social e as ciências da saúde brasileiras podem responder ao desafio de pensar a prevenção no nosso contexto social e cultural.

Para o secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Vitore Maximiano, “esse congresso deve impulsionar pesquisas, debates e políticas públicas que, fortalecendo a cidadania e os laços sociais, protejam os jovens do uso prejudicial das drogas.”

As inscrições podem ser realizadas através do endereço previne2014.senad.gov.br
http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/web/noticia/ler_noticia.php?id_noticia=1078
[40](#)

ESPECIAL COMÉRCIO ILÍCITO DO TABACO

Editorial da Secretaria-Executiva da Conicq - 1

A cada dois anos, a Conferência das Partes discute com os países que adotaram a CQCT a adoção dos artigos e as diretrizes que irão pautar as políticas no controle do tabaco dos países-parte. Avanços, recuos, evidências e estratégias são debatidos visando o avanço da CQCT, e a redução do tabagismo no mundo.

Para implementar ações para o cumprimento do artigo 15 da CQCT - comércio ilícito de produtos do tabaco - os países Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS, na COP6, acordaram as recomendações de diretrizes políticas para promover a ratificação do Protocolo de Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco.

Adotado na COP 5, em Seul, o Protocolo fornece ferramentas para prevenir e combater o comércio ilegal, incluindo mecanismos de controle da rede de fornecimento e definição de ações ilegais, como também recomenda que os países devem criar um sistema de rastreamento, além de medidas como licenças, assistência legal e troca de informações.

Importante pontuar que este processo foi iniciado na COP 2, realizada em Bancoc, Tailândia, em 2007, onde foi criado um Órgão de Negociação Intergovernamental (Intergovernmental Negotiating Body, INB), presidido por Ian Walton-George, que na época declarou que a adesão dos governos confirmaria o compromisso dos Estados-Partes em proteger a saúde pública e combater o comércio ilícito dos produtos de tabaco.

A delegação brasileira que esteve na COP 6, apoiou todas as negociações para promover a entrada em vigor do Protocolo antes da Sétima Sessão da Conferência das Partes, no sentido que a primeira Reunião das Partes para o Protocolo - MOP (Meeting of the Parties to the Protocol) possa realmente ocorrer até 3 meses antes da próxima COP. Cabe também pontuar que, para vigorar, o Protocolo necessita da ratificação de 40 Estados-Partes.

[\(CONTINUA\)](#)



ESPECIAL COMÉRCIO ILÍCITO DO TABACO

Editorial da Secretaria-Executiva da Conicq - 2

Devido a diferença de políticas aduaneiras entre países, o artigo 15 urge por medidas legislativas, administrativas e fiscalizatórias, através de acordos bilaterais e multilaterais com o objetivo de eliminar o comércio ilícito do tabaco, além do estabelecimento de políticas de fiscalização complementares entre países para fortalecer ações coordenadas nas fronteiras entre países. Assim, a assinatura do tratado corrobora o entendimento de que os governos destacaram como prioridade a erradicação do tabaco ilegal.

Para que o protocolo entre em vigor precisa ser ratificado por 40 países Partes da Convenção. Até o presente, apenas Nicarágua, Mongólia, Uruguai, Gabão e Áustria ratificaram o Protocolo para eliminar o comércio ilícito de produtos de tabaco, só faltando um representante da Oceania para unificar a adesão entre continentes.

Para a saúde pública mundial existe a certeza que ao ratificar o protocolo, além de fortalecer as medidas para aumentar preços e impostos relacionadas ao artigo 6o da CQCT, a cooperação para coibir o mercado ilegal de produtos de tabaco também potencializam a proteção da saúde da população ao evitar o acesso de crianças e adolescentes a produtos cujos preços são geralmente bem mais baixos do que os vendidos no mercado legal.

Da mesma forma que acontece com o artigo 6o da Convenção (medidas de preços e impostos para reduzir o consumo), o protocolo para combater o mercado ilegal de produtos de tabaco envolve uma pauta comum para as áreas de Saúde Pública, da Receita Federal, da Polícia Federal. Até mesmo representantes da indústria do tabaco se manifestam a favor da ratificação do Protocolo.

No Brasil, em março, a Câmara dos Deputados aprovou mudança de redução do artigo 334 do Código Penal que tipificou os crimes de contrabando e descaminho. Com a nova redação, os tipos penais (contrabando e descaminho) passaram a ser tratados separadamente, recebendo penalidades diversas, tornando assim mais gravoso o crime de contrabando.

[\(CONTINUA\)](#)



ESPECIAL COMÉRCIO ILÍCITO DO TABACO

Editorial da Secretaria-Executiva da Conicq - 3

O Governo Brasileiro está em preparação para aderir ao Protocolo, e no momento o processo encontra-se seguindo os trâmites burocráticos no âmbito do poder Executivo para em seguida ser encaminhado para aprovação do Congresso Nacional.

A imprensa também tem feito sua parte mapeando o roteiro do tabaco ilícito no Brasil. Em março de 2014, após três meses de investigação junto com jornalistas de mais três países, o Jornal Gazeta do Povo publicou uma série de 12 reportagens revelando a produção, rota e receita do tabaco contrabandeado no Brasil.

Nas contas da reportagem, a receita do tabaco contrabandeado está superando o narcotráfico e redesenhando a geopolítica do crime organizado na América Latina. A investigação concluiu que um dos beneficiários é o ex-comerciante de tabaco e atual Presidente do Paraguai, Horacio Cartes. A partir das reportagens da Gazeta do Povo, a PRF intensificou ações de repressão contra o contrabando na fronteira, com apreensão de tabaco e prisão de componentes das quadrilhas envolvidas.

Com o objetivo de colaborar com o fortalecimento da implementação do artigo 15 da CQCT no Brasil, o Boletim Informativo da Conicq desta semana reúne um inventário dos esforços em andamento realizados por países, organizações, agentes políticos e públicos, sabendo que somente e mediante uma ação concentrada e de cooperação nacional e internacional se alcançará êxito no combate ao comércio ilícito de tabaco.



AÇÕES DO BRASIL CONTRA O COMÉRCIO ILÍCITO DO TABACO

No Brasil, o fortalecimento das ações de combate ao mercado ilegal de cigarros foi potencializado com a implementação do Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpios), criado em setembro de 2011, e também com a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal eletrônica.

O Brasil dispõe de controle integral de todas as linhas de produção de cigarros em seu território, o que possibilita acompanhar os níveis de produção, bem como o destino destes produtos, evitando diversas práticas ilícitas cometidas pelos fabricantes nacionais.

Outra questão pertinente é que o efetivo da Polícia Rodoviária Federal ainda é baixo, e que o cigarro é tão rentável quanto as drogas.

O volume de arrecadação perdida é fonte de discórdia. Para a Polícia Federal o montante passa dos R\$ 5 bilhões, já para a Receita Federal o país deixa de arrecadar R\$ 2 bilhões por ano.

A pequena carga tributária do Paraguai de 18% sobre o tabaco atrai criminosos interessados em investir na produção de cigarros, que dispõe de 59 fábricas com produção em crescimento. O Chile e o Uruguai têm taxa de tributos sobre o tabaco de aproximadamente 75%, enquanto o Brasil tem cerca de 70 %.

A redução do contrabando passa pela integração dos órgãos de segurança interligando as ações da Receita Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal e dos órgãos de segurança estaduais. O crescimento do efetivo de auditores fiscais atuando na fronteira. Hoje são 600, porém, estudos mostram que se precisaria ter no mínimo 1800 servidores atuando no combate aos crimes fiscais já que o país tem 6.500 quilômetros de fronteira com Paraguai, Bolívia e Colômbia.

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/202856-BAIXOS-IMPOSTOS-PARAGUAIOS-ATRAEM-CONTRABANDISTAS-DE-CIGARROS,-DIZ-RECEITA.html>



A indústria do tabaco e o Comércio Ilícito

Em maio de 2013, quatro meses após a abertura do Protocolo pela ONU, um pool de tabaqueiras (British American Tobacco, Imperial Tobacco Group, Japan Tobacco International e Philip Morris International) lançou a Associação Digital de Codificação e Acompanhamento (DCTA, sigla em inglês), criada com o objetivo de promover padrões internacionais e tecnologias digitais para ajudar os governos a combater o contrabando, a falsificação e sonegação de impostos.

Segundo as tabaqueiras, a DCTA utilizou a experiência coletiva da indústria na obtenção de cadeias de fornecimento internacionais e desenvolvimento de tecnologias para ajudar a distinguir o produto genuíno do falso.

“Nosso objetivo é oferecer aos governos uma solução do século XXI para o problema internacional do comércio ilegal”, explicou na ocasião o porta-voz da DCTA.

A proposta criada pelo DCTA, de baixo custo, tem como modelo a utilização do telefone celular que disponibiliza informações aos governos para proteger as receitas fiscais, além de verificar a legitimidade dos embarques e atender às exigências regulamentares internacionais, incluindo o protocolo de eliminação do comércio ilícito de tabaco.

Pat Heneghan, porta-voz da DCTA, afirma que a tecnologia é extremamente importante no combate ao comércio ilegal.

“Além dos fatores de complexidade do mercado global, a sofisticação dos criminosos e terroristas também exige que os governos se utilizem dos últimos avanços tecnológicos para garantir cadeias de fornecimento legais. E se quiserem, realmente, fazer qualquer avanço na resolução deste perigoso e crescente problema é necessário investir em tecnologia”, resume Heneghan.

[\(Continua\)](#)



A indústria do tabaco e o Comércio Ilícito

A codificação digital melhora a imagem arranhada das tabaqueiras pois segundo informações do Parlamento europeu, em 2000, a Comissão Europeia interpôs processos judiciais em Nova Iorque contra a Philip Morris International e outras empresas, acusando-as de contrabandear cigarros.

<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/news-room/content/20140127STO33904/html/Contrabando-de-cigarros-%C3%A9-necess%C3%A1rio-confrontar-a-ind%C3%BAstria-do-tabaco>

A queixa contra Phillip Morris foi retirada em 2004, após a empresa ter concordado em pagar, à UE e aos Estados-Membros, 1 bilhão de euros durante 12 anos – vigorando até 2016 - e ainda pagamento adicionais no caso de futuras apreensões.

Mais tarde foram alcançados acordos semelhantes com a Japan Tobacco International em 2007 e com British American Tobacco e Imperial Tobacco em 2010.

O especialista Leszek Bartłomiejczyk aponta a Bielorrússia, Ucrânia e Rússia como abastecedores para comércio ilícito de tabaco na Europa, e vem defendendo um sistema mundial de supervisão que coloque sob controle a produção e a distribuição, e que seja capaz de “identificar todos os produtos com segurança, quem os produziu e quando”.

Bartłomiejczyk entende que a UE deve se esforçar para ratificar o Protocolo para a eliminação do comércio ilícito de produtos de tabaco da Organização Mundial da Saúde.

<http://consumidormoderno.uol.com.br/empresas/associac-o-internacional-de-combate-ao-tabaco-ilegal-e-lancada>



A indústria do tabaco e o Comércio Ilícito

Acordo entre a INTERPOL e a Philip Morris levou a Conferência das Partes da Convenção Quadro a rejeitar pedido de status de observador encaminhado pela tabaqueira

A 6a Conferência das Partes da Convenção Quadro para Controle do Tabaco (COP6), realizada na Rússia em outubro de 2014 rejeitou a solicitação encaminhada pela Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) para obter status de observador durante as COP. O motivo foi um acordo firmado entre essa organização e a companhia de tabaco Philip Morris International (PMI) envolvendo 15 milhões de euros.

O entendimento da COP foi de que esse acordo envolveria conflito de interesses e seria inconsistente com o artigo 5.3 da própria Convenção Quadro para Controle do Tabaco e suas diretrizes assim como com diversos artigos do próprio protocolo de combate ao mercado ilegal de produtos de tabaco (por exemplo os artigos 4.2 , 8.12, 8.13 e 8.14 , 34.2 (g)).

Maiores detalhes:

http://apps.who.int/gb/fctc/PDF/cop6/FCTC_COP6_4-en.pdf

[http://apps.who.int/gb/fctc/PDF/cop6/FCTC_COP6\(2\)-en.pdf](http://apps.who.int/gb/fctc/PDF/cop6/FCTC_COP6(2)-en.pdf)



IMPÉRIO DAS CINZAS – REPORTAGENS PRODUZIDAS PELO JORNAL GAZETA DO POVO

O patrão do tabaco

No rastro da destituição do General Alfredo Stroessner, governante por 35 anos, e deposto em 1989, Horacio Cartes tomou posse na presidência do Paraguai em 15 de agosto de 2013. Em sua história, passou de simples distribuidor de cigarros a proprietário da Tabacalera del Este (Tabesa).

O contrabando se revelou um bom negócio e as fábricas paraguaias saltaram de três, em 1993, para as atuais 32. Cartes impulsionou o setor e cresceu junto. Fez fortuna, ganhou a presidência. Mas ele não é só o presidente do Paraguai. A empresa de Cartes responde por 30% dos 67 bilhões de cigarros produzidos por ano no Paraguai, ou 3,3 bilhões de maços. Os paraguaios fumam só 2%. O resto assegura ao país o papel de provedor global de cigarro pirata.

Parte da imprensa gaúcha sustenta que há um incidente diplomático encoberto já que o empresário depõe contra o presidente ao levar um país a afetar a economia e a saúde da população de países vizinhos, entre os quais o Brasil.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456153&tit=O-patrao-do-tabaco>



IMPÉRIO DAS CINZAS – REPORTAGENS PRODUZIDAS PELO JORNAL GAZETA DO POVO

Um negócio de Estado

O tabaco se tornou um negócio de Estado no Paraguai muito antes de Horacio Cartes chegar ao poder. O governo é o maior incentivador. A fiscalização é precária e a carga tributária sobre o cigarro é de 10%, contra 70% no Brasil.

O Paraguai concede ainda cinco anos de isenção do imposto de importação sobre as máquinas. Daí surge o paradoxo: o Brasil tem 200 milhões de habitantes e 11 indústrias de cigarro; o Paraguai tem 6,5 milhões de habitantes e três vezes mais fábricas. Isso explica porque o Paraguai tem 2,6 mil marcas registradas e 70 delas entram no Brasil pela porta dos fundos.

O volume apreendido representa uma décima parte do que entra no Brasil. Cientes das limitações no controle da fronteira, as autoridades admitem que nove entre dez maços vencem as barreiras fiscais. Assim, a média anual apreendida no último quadriênio mostra que o que entra chega fácil a US\$ 2,2 bilhões por ano.

A projeção mundial de Horacio Cartes no mercado de tabaco desencadeou um controverso caso de espionagem do governo norte-americano. Os Estados Unidos montaram em 2009 uma força-tarefa com sete de suas agências para investigá-lo como traficante de narcóticos e líder de um esquema de lavagem de dinheiro na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Os detalhes da operação Coração de Pedra foram vazados pelo WikiLeaks.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456157&tit=Um-negocio-de-Estado>



IMPÉRIO DAS CINZAS – REPORTAGENS PRODUZIDAS PELO JORNAL GAZETA DO POVO

Ameaça ao narcotráfico

O cigarro ilegal que entra no Brasil pelos 1,3 mil quilômetros da fronteira com o Paraguai já equivale, em valores, a 34% do que passa em maconha e cocaína por todos os 16,5 mil quilômetros das fronteiras brasileiras com dez países. Desde 2010, o Brasil apreendeu em todo seu território US\$ 2,5 bilhões em cocaína, US\$ 287 milhões em maconha e US\$ 958 milhões em cigarros.

Além da falsificação de marcas brasileiras, as fábricas se digladiam entre si com suas próprias criações. Algumas marcas foram vendidas ou transferidas para outra fábrica após serem fechadas por causa de fraudes. Existem muitos litígios na Justiça paraguaia pela disputa de uma marca, enquanto duas ou mais fábricas seguem produzindo o mesmo cigarro. Muitas vezes, no entanto, trata-se de falsificação pura e simples.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456166&tit=Ameaca-ao-narcotrafico>



IMPÉRIO DAS CINZAS – REPORTAGENS PRODUZIDAS PELO JORNAL GAZETA DO POVO

O berço dos patrões

Notabilizada pelo tráfico de drogas e todo tipo de contrabando, a Tríplice Fronteira foi escolhida pela indústria do cigarro pirata para montar suas fábricas.

A cultura do contrabando como subsistência instalou-se junto com a Ponte da Amizade, erguida em 1965 para integrar brasileiros e paraguaios. De um lado, Ciudad del Este passou a oferecer toda sorte de mercadorias – remédios, eletrônicos, armas, roupas, drogas, perfumes – de outro, convergiu para Foz do Iguaçu uma multidão disposta a cruzar a fronteira levando tudo nas costas.

A tríplice fronteira concentra a maioria das 32 tabacaleras paraguaias, embora algumas comecem a migrar para Salto del Guairá, na fronteira com Guaíra (PR) e Mundo Novo (MS). A região rivaliza com a tríplice fronteira também nas rotas para escoar o cigarro ao Brasil e criou seus próprios magnatas do tabaco. Seu maior expoente é o brasileiro Roque Fabiano Silveira, de 49 anos. Foragido da Justiça brasileira, condenado por contrabando e homicídio, ele mantém uma vida de ostentação semelhante à dos chefões dos cartéis do narcotráfico da Colômbia e do México.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456174&tit=O-berco-dos-patroes>



IMPÉRIO DAS CINZAS – REPORTAGENS PRODUZIDAS PELO JORNAL GAZETA DO POVO

O cigarro mata

Disputa pelo contrabando do produto deixa um lastro de corrupção e mortes na fronteira Brasil-Paraguai. O perigo também ronda os policiais que não se deixam corromper.

O cerco ao contrabando de cigarros nas fronteiras brasileiras tem levado os fabricantes instalados no Paraguai a mudar suas plantas de produção para o Brasil. Eles infiltram as máquinas desmontadas no meio de cargas de sucata para enganar o controle fronteiriço. Tudo para ficar mais perto do seu maior mercado consumidor.

A migração das fábricas para o Brasil se deve ao controle mais rigoroso na fronteira depois da Operação Sentinela, realizada em conjunto pela Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional de Segurança.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456161&tit=O-cigarro-mata>



IMPÉRIO DAS CINZAS – REPORTAGENS PRODUZIDAS PELO JORNAL GAZETA DO POVO

As rotas da Pirataria

A logística do contrabando de cigarro muda conforme a repressão policial e a geografia da fronteira do Brasil com o Paraguai. A partir de 2005, o governo brasileiro jogou luz sobre as rotas clandestinas nas adjacências de Foz do Iguaçu, ligada a Ciudad del Este pela Ponte Internacional da Amizade. Traficantes e contrabandistas buscaram os pontos obscuros da fronteira. Foi bom para os negócios. Eles encontraram uma área carente de controle nos 150 quilômetros do Lago de Itaipu e nos 1,3 mil quilômetros de fronteira seca com o Paraguai.

Existem duas principais zonas de risco para os contrabandistas. São onde as apreensões se concentram. A primeira está no Paraná e forma um triângulo entre Foz do Iguaçu, Guaíra e Cascavel. O cigarro passa pela faixa fronteira que se estende entre as duas primeiras cidades e desemboca em Cascavel, um entroncamento rodoviário que permite diluir as cargas por diferentes rotas. Dali em diante, os riscos de confisco das cargas vão se reduzindo à medida que o cigarro se aproxima dos maiores mercados consumidores, São Paulo e Rio de Janeiro.

A segunda zona de risco também forma um triângulo, desta vez no Mato Grosso do Sul. As rotas de entrada vão de Mundo Novo a Porto Murtinho, até desembocar em Campo Grande. Nessa região se concentra o maior volume de apreensões no estado, com destaque para a cidade de Naviraí, perto da divisa com o Paraná.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456158&tit=As-rotas-da-pirataria>



IMPÉRIO DAS CINZAS – REPORTAGENS PRODUZIDAS PELO JORNAL GAZETA DO POVO

A polícia na mira

Mortes, intimidações e estresse constante fazem parte da rotina dos agentes públicos incumbidos de combater o contrabando de cigarro do Paraguai para o Brasil. A tensão e os riscos são permanentes, agravados por três episódios recentes em 2013. Em 25 de abril, um policial federal ficou ferido em troca de tiros com policiais paraguaios ao perseguir contrabandistas na Linha Internacional, estrada de terra na fronteira seca com o Mato Grosso do Sul. A Polícia Nacional do Paraguai disse não saber se tratar de oficiais brasileiros em operação num veículo descaracterizado.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456155&tit=A-policia-na-mira>

O paradoxo do contrabando paraguaio

Três meses após assumir a presidência do Paraguai, Horacio Cartes lançou em novembro de 2013 o maior plano de combate ao contrabando de que se tem notícia no país. Uma força-tarefa do governo apreendeu até agora US\$ 40 milhões em açúcar, combustível, arroz, óleo de soja, farinha de trigo, erva-mate, bebidas.

Embora o Código Aduaneiro do Paraguai considere contrabando tanto o que entra quanto o que sai do país sem recolher impostos, as autoridades ignoram a lei para não atingir um dos negócios mais rentáveis do presidente. Cartes produz 30% dos 3,3 bilhões de maços de cigarro fabricados por ano no Paraguai. Só 2% ficam no país, 8% são exportados legalmente e 90% saem via contrabando. Cinco marcas fabricadas pela empresa de Cartes respondem por 49% do cigarro pirata apreendido no Brasil e dominam 45% do mercado clandestino na Argentina.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1464737&tit=O-paradoxo-do-contrabando-paraguaio>



IMPÉRIO DAS CINZAS – REPORTAGENS PRODUZIDAS PELO JORNAL GAZETA DO POVO

Gerente de Cartes diz que cigarro é legal

Eminência parda do governo paraguaio, José Ortiz refutou a reportagem conjunta da Gazeta do Povo e do jornal colombiano El Tiempo que revela o destino do cigarro fabricado pelo presidente Horácio Cartes.

Gerente da Tabacalera del Este (Tabesa), que pertence ao presidente, Ortiz refutou a relação da empresa com a lavagem de dinheiro de narcotraficantes e das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). “Trabalhamos legalmente”, disse ao jornal ABC Color.

Até abril, O contrabando de cigarro paraguaio ainda não havia entrado na agenda oficial do Parlamento do Mercosul (Parlasul), mas extraoficialmente fazia parte do debate desde a posse de Cartes na Presidência do Paraguai.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456804&tit=Gerente-de-Cartes-diz-que-cigarro-e-legal>

R\$ 2 milhões em cigarro pirata são apreendidos

Oitocentos mil maços de cigarros contrabandeados do Paraguai, que renderiam R\$ 2 milhões no mercado clandestino, foram apreendidos em abril de 2014 em duas cidades de diferentes regiões do Paraná. O estado é rota de passagem do cigarro paraguaio, assim como o Mato Grosso do Sul.

[http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1461179&tit=R\\$-2-milhoes-em-cigarro-pirata-sao-apreendidos](http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1461179&tit=R$-2-milhoes-em-cigarro-pirata-sao-apreendidos)



IMPÉRIO DAS CINZAS – REPORTAGENS PRODUZIDAS PELO JORNAL GAZETA DO POVO

PRF aperta cerco a foragidos do cigarro

Em fins de abril de 2014, tendo como mote as reportagens, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) intensificou na fronteira entre Brasil e Paraguai as buscas pelos dez foragidos que escaparam durante a Operação Prometeu, em Mundo Novo (MS). Eles fazem parte de uma organização criminosa que contrabandeia cigarro e outros produtos trazidos do Paraguai. Dezenove integrantes do grupo foram presos na operação que mobilizou 160 policiais rodoviários de 15 estados e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Mato Grosso do Sul.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaacidania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1459451&tit=PRF-aperta-cerco-a-foragidos-do-cigarro>

Operação prende 19 por contrabando de cigarro

A Operação Prometeu foi realizada dez dias depois da publicação pela Gazeta do Povo da reportagem especial intitulada Império das Cinzas, que revela como o cigarro pirata paraguaio está reconfigurando a geopolítica do crime organizado na fronteira do Brasil com o Paraguai.

O estopim da operação foi aceso há sete meses, num episódio retratado pela reportagem. Em julho de 2013, membros da quadrilha atearam fogo em dois veículos de policiais rodoviários no posto de controle em Mundo Novo.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaacidania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1459159&tit=Operacao-prende-19-por-contrabando-de-cigarro>



COMPOSIÇÃO CONICQ:

(DECRETO S/Nº DE 16 DE MARÇO DE 2012)

- I - Ministério da Saúde*;
- II - Ministério das Relações Exteriores;
- III - Ministério da Fazenda;
- IV - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- V - Casa Civil da Presidência da República;
- VI - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- VII - Ministério da Justiça;
- VIII - Ministério da Educação;
- IX - Ministério do Trabalho e Emprego;
- X - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- XI - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- XII - Ministério das Comunicações;
- XIII - Ministério do Meio Ambiente;
- XIV - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- XV - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;
- XVI - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça;
- XVII - Advocacia-Geral da União; e
- XVIII – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

* O Ministro de Estado da Saúde preside a Comissão

PARCEIROS CONICQ:

- Aliança de Controle do Tabagismo – ACTbr
www.actbr.org.br
 - Associação Brasileira de Estudos do Alcool e Outras Drogas - Abead
www.abead.com.br
 - Associação de Defesa do Fumante - ADESF
www.adesf.org.br
 - Associação Médica Brasileira - Comissão de Anti-Tabagismo
www.amb.org.br/teste/comissoes/anti_tabagismo
 - Campaign for Tobacco-Free Kids
<http://www.tobaccofreekids.org>
 - Centro de Apoio do Tabagista
www.cigarro.med.br
 - CETAB – Centro de Estudo sobre Tabaco e Saúde
<http://cetab.wordpress.com/>
 - Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais - Deser
www.deser.org.br
 - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região do Sul
www.fetrafsul.org.br
 - Fundação do Câncer
<http://www.cancer.org.br/>
 - Health Bridge
<http://www.healthbridge.org/>
 - Instituto Bloomberg
<http://about.bloomberginstitute.com/>
 - Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS
<http://www.paho.org/bra/>
 - Projeto Esperança
www.projetoesperancaoesperanca.org.br
- The Union
<http://www.theunion.org/what-we-do/technical-assistance/tobacco-control>

[Início](#)